

Carta não será promulgada no dia 7 de setembro

Previsão é de Ulysses, que estuda medidas para garantir presença dos constituintes em Brasília

Maciel: Votação vai até outubro

O presidente do PFL, senador Marco Maciel (PE), manifestou-se ontem preocupado com a possibilidade de a futura Constituição não ser aprovada antes do final de outubro próximo, agravando a frustração popular, que não compreende essa demora.

Após frisar que considera a promulgação da Constituição essencial para o término do processo de transição, que já dura 15 anos, Maciel acentuou que não é necessário se estar procurando uma data para fazê-lo. A própria promulgação seria uma data nacional.

O retardamento na aprovação da Constituição influirá, naturalmente, em haver ou não o 2º turno nas eleições municipais. Se não houver, será sensível a mudança no quadro eleitoral.

O líder José Lourenço (BA), e o senador Maciel mantiveram reunião ontem, para análise da disputa interna entre governistas e antigovernistas no partido.

O presidente Ulysses Guimarães não conta mais com a possibilidade de promulgar a nova Constituição no dia 7 de setembro. Ontem, após ser obrigado a mais uma vez encerrar a sessão por falta de quorum, Ulysses anunciou que estudará neste fim de semana uma série de medidas com o objetivo de garantir a presença dos constituintes em Brasília, para que a nova Carta fique pronta "no máximo até setembro, não mais que setembro". As 10h20m, 50 minutos após a abertura da sessão, apenas 234 responderam à verificação de quorum. Ulysses convocou a próxima sessão para segunda-feira às 16 horas, pedindo "pelo amor de Deus" aos constituintes que compareçam. Para ele, a falta de quorum tem uma explicação: a maioria das convenções municipais vão acontecer no próximo domingo.

ESFORÇO

O presidente pretende realizar, a partir da próxima semana, sessões à tarde e à noite de segunda a quinta e, "eventualmente", uma sessão matutina durante a semana. Ele acredita que este esforço concentrado permitirá a conclusão de toda a votação em segundo turno até o final de setembro sem a necessidade de realizar sessões aos sábados e domingos.

Outra das medidas em

estudo por Ulysses é pedir a colaboração dos coordenadores de bancadas no trabalho de arrematamento dos constituintes para as votações. Ulysses quer que seja feito um contato semanal das lideranças com cada um de seus liderados a fim de saber se estarão presentes às sessões daquela semana e, caso não pretendam estar, o motivo da ausência.

Quase toda a sessão de ontem foi dedicada às críticas aos ausentes. O deputado José Genoíno (PT-SP) observou que o problema do quorum está deixando de ser uma questão meramente regimental para se transformar num fato político. "Se esta Constituição não for aprovada até as eleições de novembro vamos ter uma situação política delicada e grave", disse Genoíno.

TRAIÇÃO

O deputado Victor Facioni (PDS-RS) lembrou que a não promulgação da nova Carta até o dia 29 deste mês vai representar uma "traição" aos municípios brasileiros, porque impedirá o início da reforma tributária já no próximo ano. O deputado Paulo Delgado (PT-SP) sugeriu à Mesa o corte dos subsídios dos faltosos. "Mesmo que isto tenha valor apenas simbólico para muitos constituintes não é possível pagar aos que não traba-

ham. Não podemos dar este mau exemplo", comentou Delgado.

Os deputados Adroaldo Streck (PDT-RS) e Milton Reis (PMDB-MG) defenderam a realização do "esforço concentrado" sugerido por Ulysses e o líder do PFL, deputado Inocêncio de Oliveira (PE) responsabilizou as convenções municipais que serão realizadas neste final de semana em todo o País pela falta de quorum. "Esta é uma semana especial. A obrigação do constituinte é estar em Brasília, mas ele é político e a realização das convenções justifica, em parte, sua ausência", disse Inocêncio.

Nesta semana, a segunda do último turno de votações, os trabalhos de apreciação de emendas se resumiram a uma hora e meia na quarta-feira. Na semana passada as votações também aconteceram durante parte de uma tarde. Assim mesmo, graças ao trabalho das lideranças, que têm feito reuniões diárias para fechar acordos e acelerar as votações, foi possível concluir a apreciação de todo o preâmbulo e título I. Na quarta-feira o capítulo I do título II também poderia ter sido todo votado se os constituintes não tivessem começado a ir embora às 17h30m, inviabilizando a votação, em bloco, das emendas acordadas pelos líderes para este capítulo.

EUGÊNIO NOVAS



O senador Almir Gabriel e o deputado João Paulo conversam diante do plenário vazio: mais um dia sem votar

Pode vir acordo para licença, aviso prévio e horas extras

Pelo menos quatro pontos polêmicos — licença-paternidade, 50% a mais sobre a hora extra, aviso prévio proporcional e o mandado judicial — deverão ser excluídos da lista de matérias que seriam disputadas no voto em plenário, por falta de acordo. Com persistência nas negociações, os líderes dos partidos anunciaram ontem a existência de novas fórmulas de consenso para resolver o impasse destas questões, facilitando assim, a votação do Capítulo dos Direitos Sociais e Trabalhistas, considerado um dos mais complexos do projeto de Constituição.

A novidade sobre a fixação do prazo para duração da licença-paternidade foi apresentada pelo deputado José Lins, do Centrão. A fórmula sugere a aprovação já no segundo turno de uma licença de três dias, que vigorará até que a lei complementar regulamentar o prazo definitivo para a licença-paternidade. A proposta foi recebida com resistência pelo PT, mas considerada bastante "simpática" pelos demais partidos como o PDT e PMDB.

A princípio o PMDB estava disposto a apoiar a retirada do prazo fixado em 1º Turno de 08 dias, jogando a definição para a Lei Ordinária, deixando consagrado no texto constitucional apenas o princípio que garantiria o direito à licença pelos pais. Mas as negociações evoluíram até a proposta de José Lins. Uma das únicas vozes discordantes, o PT continua defendendo os 8 dias, ao invés de 3. "O PT não vai apoiar nenhuma proposta que signifique o retrocesso do que foi aprovado até aqui",

anunciou o deputado José Genoíno (PT/SP).

HORA EXTRA

Incluída até ontem na lista dos pontos que o Centrão pretendia derrubar, ontem os líderes já haviam chegado a um entendimento sobre o pagamento 50% a mais sobre o valor das horas extras trabalhadas. Cedo em alguns pontos para ganhar em outros, o Centrão já concorda com o pagamento dos 50% sobre as horas extras.

Em troca as esquerdas admitem a aceitação de uma fórmula que atende reivindicações dos setores

militares no que diz respeito aos mandados judiciais para prisão em flagrante delito. A saída é a manutenção da exigência de que "ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, ressalvadas as prisões administrativas e disciplinares".

Com a ressalva sobre as prisões administrativas e disciplinares fica resolvida a preocupação dos militares. Eles temiam que a necessidade de ordem escrita de autoridade judiciária competente dificultaria prisões disciplinares nos quartéis, e até mesmo nos

navios militares em alto mar. Se permanecesse a exigência, nos casos de delitos nestes navios, por exemplo, a prisão do autor só seria permitida após a expedição de ordem escrita por uma autoridade judiciária competente.

Outro ponto negociado ontem pelos líderes foi o pagamento do aviso prévio proporcional em caso de demissão. A nova fórmula foi mais uma vez apresentada pelos representantes do Centrão na negociação. O texto aprovado no 1º Turno diz que será garantido aos trabalhadores o pagamento do aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de 30 dias, nos termos da lei.

Com o acordo, o pagamento do aviso prévio integral só acontecerá após um ano de serviço. Em compensação, após os 12 meses, a lei fixará o valor do aviso prévio a ser pago proporcionalmente ao tempo de serviços prestados. Quanto mais antigo na empresa, maior o valor do aviso prévio a ser pago ao trabalhador demitido. Se demitido antes de completar um ano de casa, o aviso prévio será proporcional aos meses trabalhados.

GRUPOS

O líder do PMDB na Constituinte Nelson Jobim (PMDB/RS) anunciou ainda a criação de cinco novos grupos de trabalho, que atuarão paralelamente aos líderes, na análise dos títulos do projeto de Constituição. A idéia é que estes grupos, antes das votações, possam apresentar aos constituintes as matérias prováveis como objeto de acordo entre os partidos, e os que serão decididos pelo voto, em plenário.

Mais pressão para seis horas

Representantes dos petroleiros e dos trabalhadores nas indústrias urbanas pediram ontem ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, o apoio à manutenção da jornada máxima de 6 horas diárias para os turnos ininterruptos de revezamento. O líder dos petroleiros, Roberto William de Santana, denunciou que o empresário Jorge Gerdau ameaçou inviabilizar o segundo turno de votação, caso não houvesse acordo em torno da proposta de quarenta horas semanais. Ulysses disse que o PMDB tem uma posição a favor dos trabalhadores, mas examina as possibilidades de um acordo.

— Isto seria o ideal, porque aí não se corre riscos — disse Ulysses, observando que "forças poderosas" estão envolvidas no debate.

Os sindicalistas levaram a Ulysses um documento no qual afirmam que a jornada máxima de 6 horas é "um importante direito a ser garantido para nós trabalhadores, expostos aos mais variados efeitos nocivos do turno de revezamento, com repercussões imediatas em nossas condições de vida e saúde, e capaz de minimizar a carga social do desemprego".

William de Santana disse ao presidente da Constituinte que após a sexta hora a produtividade diminui, e o índice de acidentes aumenta. Já Luiz Carlos Machado, representando os trabalhadores nos setores de energia elétrica, gás, saneamento básico e energia nuclear, argumentou que o trabalhador é prejudicado por dormir em horários diferentes a cada semana.

CAIXA